

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: COM O OTIMISMO DA VONTADE E O PESSIMISMO DA INTELIGÊNCIA

Sabrina Gomes dos Santos Costa Leite

Universidade de Brasília-UNB

e-mail: brynaleite2012@gmail.com

Adriana Almeida Sales de Melo

Universidade de Brasília-UNB

email: adrianasalesdemelo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Entende-se a escola como o espaço que promove o direito de todos à educação. Para tentar compreender os desafios e avanços da Educação se faz necessário refletir sobre as complexidades advindas das várias transformações que a influenciam.

O presente resumo expandido é parte inicial de uma pesquisa de Mestrado em andamento e buscou elementos capazes de por meio de uma pesquisa bibliográfica sob a visão de diversos autores, refletir sobre o papel das políticas públicas educacionais brasileiras bem como os desafios relativos à gestão da educação pública.

Com base na pesquisa documental, teórica e bibliográfica, os resultados parciais evidenciam que o Brasil passou por várias transformações buscando se adequar às imposições internacionais e elas recaem também nas políticas educacionais. Não se pode negar avanços, mas temos muito ainda a caminhar na tentativa de melhoria na educação e na redução das desigualdades sociais. A escola fazendo parte deste processo, com a perspectiva de modificação na realidade, precisa conhecer e refletir sobre seus problemas para iniciar o processo de mudanças tão sonhado.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa bibliográfica envolveu várias fontes tais como: livros, artigos, publicações científicas de autores referência para o tema, dissertações, teses e sites de universidades.

A pesquisa contou também com apontamentos e discussões semanais feitas nas aulas da disciplina Estado, Políticas Públicas e Educação do curso de mestrado em Educação- modalidade Profissional da linha de Pesquisa de Políticas, Gestão, Sociedade e Cultura da Universidade de Brasília.

Os estudos a partir das pesquisas propostas no programa de mestrado em Educação Profissional da Universidade de Brasília, propõem levantamento de questões e reflexões sobre temas como LGBTQIAP+, jovens no socioeducativo, adoecimento dos profissionais da educação, inclusão e gestão democrática, dentre outros, buscando entre vários objetivos, reconhecer os novos desafios relativos à gestão da educação pública.

Para isso, é fundamental conhecer as políticas públicas, inclusive os discursos impregnados a ela. Tendo em vista a ideia de espírito crítico sobre palavras e termos usualmente utilizados no campo educacional como “educação para todos” e “gestão democrática”, podemos entender como discursos de globalização associados a um projeto que conduziu o processo de exclusão de massas.

A esse respeito, Melo (2004) nos mostra que a mundialização da educação por organismos internacionais propõe a construção de um projeto de sociedade e educação neoliberal na América latina.

Desde 1970 organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) atribuíram valores à ação dos países e têm conduzido uma agenda de formulação e realização de políticas educacionais, induzindo outras capacidades às funções do Estado.

Essa capacidade, citada por Melo (2004), de “governança”, tinha dentre suas características o enfraquecimento da esfera pública, o fortalecimento do capital privado e mudanças nas necessidades de qualificação para o mercado de trabalho, apresentando-se como um projeto neoliberal em defesa do capital.

No Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso colaborou para a transição da administração pública burocrática para a gerencial e em âmbito educacional criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). Este acabou gerando o impedimento ou restrição de acesso de estudantes de 0 a 6 anos, de 15 a 18 anos, EJA e demais modalidades por causa de limitações de financiamento. Além de travar o piso salarial nacional dos docentes.

A sociedade foi convencida de que cabia ao Estado apenas corrigir e suprir carências e o discurso de globalização foi e tem sido até hoje disseminado como instrumento de igualdade. A ideia de participação e parceria entre sociedade e Estado foi amplamente divulgada. (BRASIL, 1995).

No entanto, o que se percebe é que associado ao projeto neoliberal, esse discurso tem conduzido o processo excludente da mundialização do capital desde 1980. Esse projeto precisa de um olhar cuidadoso por não ser uniforme. Ao mesmo tempo que estimulou a privatização da educação, colocando-a como um serviço e não como um direito social, provocando o desmonte dos sistemas educacionais locais, contribuiu para a ampliação de ações com maior continuidade e possibilitou a discussão da necessidade de avaliação contínua das políticas educacionais e da participação da população nas decisões e realizações das políticas. (MELO,2004).

Em 2002 assumiu a presidência Luiz Inácio Lula da Silva com plano de gestão de construção de um novo Estado. Ainda que tivesse proposto uma ousada ruptura, preservou paradigmas da economia buscando acalmar o mercado financeiro. No âmbito educacional não foi diferente, o primeiro mandato foi marcado por permanências do governo anterior e somente no final do primeiro mandato iniciou mudanças das quais a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) em substituição ao FUNDEF, ampliando o financiamento para a Educação Básica.

Não se pode negar avanços durante os governos de Lula como o piso nacional de professores e o Programa Caminho da escola que garantia transporte aos estudantes das escolas públicas, dentre outros.

A presidente Dilma Vana Rousseff, sucessora de Lula, deu continuidade à política de educação e várias conquistas foram efetivadas na esfera educacional. Estas conquistas ocorreram também devido a forma de cooperação entre governo, estados e municípios, além da busca por empoderar setores, movimentos e organizações.

Ao contrário do que vem acontecendo atualmente no governo de Jair Messias Bolsonaro. A falta de diálogo, a desresponsabilização e descoordenação governamental, têm colaborado para o desmonte da educação pública e o aumento das desigualdades.

Dado o contexto que o Brasil vivencia, com novos desafios da pandemia e os antigos das desigualdades sociais, a educação vem resistindo, “respirando” como pode.

Em análise da atuação do MEC sobre os efeitos da pandemia na Educação básica pode-se constatar que “...o MEC deveria ter exercido adequadamente o papel de coordenação e de assistência técnica e financeira junto aos entes federados, tanto de forma supletiva e/ou redistributiva.” (BRASIL, 2022, p.7).

Levando em consideração os fatos e aspectos apresentados, que possamos refletir e dar o pontapé inicial rumo a mudanças em âmbito escolar que refletirá certamente em âmbitos externos à escola.

CONCLUSÕES

Neste resumo refletimos sobre as políticas educacionais e percebemos que em sua maioria são recorte das políticas públicas globais, locais e distantes.

O pessimismo da inteligência nos apresenta uma realidade da qual não sonhamos, no entanto, negar a realidade ou permitir que o pessimismo nos paralise vai ao alcance dos objetivos do projeto neoliberal.

Precisamos pensar no que já foi refletindo e nos posicionando enquanto sujeitos e cidadãos. Segundo Konder (1995), pessoas envolvidas nas atividades políticas, como cidadãos, criaturas confusas, mas ávidas por liberdade e felicidade. Pensar em política educacional usando o pensamento elaborado para

agir, buscando transformar a realidade de alguma forma. Que possamos com o otimismo da vontade, alimentar sonhos e colaborar para a transformação da realidade.

Esta mudança será possível por meio da construção de uma escola emancipatória, democrática e humanizada. Que nós, pesquisadores, impulsionados por nossas motivações, possamos tentar constituir uma nova agenda educacional junto com a sociedade representada por movimentos sociais e sindicatos constituindo espaços de representação. Com o otimismo da vontade, associado a nossa atividade empírica, às pesquisas em andamento e às reflexões a partir de estudos já consolidados, possamos iniciar esse processo. Resistência!

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. 1995.
<http://bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>

BRASIL. **Efeitos da pandemia na Educação básica: análise da atuação do MEC**. Relatório CEXMEC nº 02/2022. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**. O pensamento de Marx no século XXI. 2ª.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
<https://marxismo21.org/leandro-konder-2/https://drive.google.com/drive/folders/1OoC2HJkk0E5r7JXLZyGFLyL3nTc65kVX>

MELO, Adriana A. Sales. **A mundialização da educação**. Consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela. Maceió: Edufal, 2004.
<http://repositório.unicamp.br/handle/REPOSIP/253166>